



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

William Giovanaz Figueiró

**MONARQUISTAS DO TEMPO PRESENTE: BREVE ENSAIO ACERCA DAS
NOÇÕES TEMPORAIS E AÇÕES POLÍTICAS ATRAVÉS DAS FERRAMENTAS
DE INTERNET**

Porto Alegre

2015

Do século XIX ao tempo presente: história e historiografia.

"Desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas Trevas"

Tocqueville (apud Arendt. Entre o Passado e o Futuro).

"A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nestes período de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens."

Karl Marx, 18 Brumário de Napoleão Bonaparte

"Mas, entre a Revolução Inglesa passada e a Revolução Francesa foi possível descobrir e experimentar uma relação temporal que ia além da mera cronologia"

Reinhart Koselleck, Futuro Passado

Será a história, de fato, a *Magistra Vitae* como pensavam os antigos? Ou o regime de historicidade presentista executa muito bem seu papel tentando evitar com que as representações do passado sejam ecoadas para a contemporaneidade? Afinal, há evocações do passado no presente ou a história está realmente em "crise", "morta", e escondida em épocas remotas? Como os tempos se inter-relacionam entre si? O passado, o presente, e o futuro são épocas completamente separadas umas das outras? Quais são seus pontos de intersecção? O tempo, a memória, o esquecimento e a representação da história nos tempos presente e futuro foram alvo de uma série de estudos ao longo das épocas.

Marc Bloch traz considerações que podem nos auxiliar nesta reflexão. Em *Apologia da História ou o ofício do historiador*, o autor cita algumas visões epistemológicas de alguns cientistas do século XIX. A discussão entre os intelectuais do referido período era a respeito de qual conhecimento científico teria a propriedade necessária para responder as questões relativas ao "presente" e ao "passado", ou ao "atual" e ao "inatural". Fazendo uma referência a sua própria vivência estudantil, Bloch cita que um de seus professores dizia que "a partir de 1830 já não era mais história, era política (ou economia). Segundo o autor, este pensamento que desvincularia completamente a história do tempo presente ocorria devido a um grande "coeficiente de contemporaneidade". Outros cientistas do século XIX, vinculavam o passado aos humanos "mortos" e o presente aos "vivos". (BLOCH, 61,

2001). O papel dos intelectuais naquele período era discutir qual seria o critério mais adequado para fazer as rigorosas demarcações que esquadream o tempo em 3 grandes partes: presente, passado e futuro.

Entretanto, se a história é a "ciência dos homens no tempo" - parafraseando Bloch - as noções de "tempo", das intersecções temporais, e das relações que os tempos possuem entre si merecem uma maior reflexão em seu sentido conceitual. Os pensadores da primeira metade do século XX complexificaram consideravelmente este debate. Walter Benjamin, em suas tese *Sobre o Conceito da História* (1940), diz que "articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'tal como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo". (BENJAMIN, 243, 2012). No entanto, a dúvida ainda persistia: qual o ponto exato das transições temporais? Este ponto realmente existe? Hannah Arendt, no prefácio de *Entre o Passado e o Futuro* traz uma reflexão que dialoga com estes questionamentos quando retrata a "parábola" de Franz Kafka, escritor tcheco do início do século XX. Denominando a lacuna intermediária do tempo como "ele", Kafka descreve um "campo de batalha", onde "ele" deve combater as forças do passado e do futuro para manter seu território. Para Kafka, "ele" não corresponde ao presente, e sim a uma luta constante a partir de uma tomada de posição contra o passado ou contra o futuro (ARENDR, 33, 2007). Sob esta visão acerca do tempo, deve-se compreender que a distância entre presente, passado e futuro pode não ser tão distante, e que depende diretamente das forças atuantes dos tempos "inatuais" sobre o presente.

Arendt, ainda no prefácio da mesma obra, amplia o universo de reflexões quando traz uma metáfora do poeta francês René Char, resistente francês à invasão nazista na Segunda Guerra Mundial: "Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento". (ARENDR, 28, 2007). Para a autora, a falta destes "testamentos" do passado mencionados por Char resulta na perda de "tesouros". Assim que Arendt resolve a metáfora, afirmando que a falta de testamentos seria equivalente a falta de "tradição", conclui afirmando que os testamentos legam posses e informam aos herdeiros o que será seu de direito. (ARENDR, 31, 2007). Assim, fica o questionamento: por qual razão as tradições (autoritárias ou de liberdade) são rompidas ciclicamente na história? Estes rompimentos, de fato ocorrem devido à ausência do que Hannah Arendt chama de "testamentos"? Ou, ao contrário, ocorrem por conta da permanência de vestígios de um "passado que não quis passar"?

Com a Segunda Guerra Mundial (acontecimento-limite) os pensadores tiveram que rever seus posicionamentos quanto ao uso da memória e dos depoimentos, antes mal aceitos por conta do "pouco distanciamento" entre sujeito histórico e os tempos antecedentes. "O Holocausto, o Gulag, as guerras de limpeza racial, o terrorismo de Estado e, em geral, os crimes em massa do século XX excedem os limites da compreensão e da experiência humana, tendo que se privilegiar a imediatez da experiência vivida (MUDROVICIC, pg. 130-131, 2007, Tradução minha). Assim, a "emergência da memória, vista como uma resposta ao presente" (HARTOG, 116, 2007, Tradução minha), fez com que outra corrente ganhasse força dentro dos campos de estudo da história: a história do tempo presente.

Contemporaneamente, a partir dos anos 80 iniciou-se na Alemanha uma controvérsia pública entre os historiadores locais a respeito do direito e do dever da memória, do testemunho como instrumento heurístico e dos limites da representação histórica. Um artigo publicado por Ernst Nolte em 1988 iniciou a polêmica a partir da frase "um passado que não passa" ou que "não quer passar". (CEZAR, 32, 2012). De acordo com Nolte, este passado deveria passar, trazendo consigo um trabalho de memória que conduziria a Alemanha a uma identidade mais positiva. (CEZAR, 34, 2012). Por outro lado, Jürgen Habermas responde a expectativa de Nolte afirmando que tais pressupostos poderiam aliviar os alemães de um fardo do passado. Para Habermas, deveria haver uma relação entre responsabilidade coletiva e papel público, de modo com que se fizesse um bom uso destas memórias. (CEZAR, 34, 2012).

Publicado em 1979, a obra *Futuro Passado*, de Reinhart Koselleck também traz uma importante contribuição ao pensar os tempos históricos a partir das categorias "Espaço de Experiência" e "Horizonte de Expectativas". De acordo com o autor, estas duas categorias devem ser analisadas separadamente. No entanto, entrelaçam passado e futuro (KOSELLECK, 308, 2006), pois "todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem". (KOSELLECK, 306, 2006). A experiência seria o "passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados". Trata-se do "haver elaborado acontecimentos passados, é o poder de torná-los presente". Já a expectativa é o "futuro hoje", algo ainda não experimentado. Trata-se da "linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço



de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado".(KOSELLECK, 311, 2006).

Os Monarquistas do tempo presente: breve apresentação e fontes

"Fique atento que chegou o dia
de coroar a democracia
com modernidade
a melhor tradição
é sua vontade dizer sim ou não
o plebiscito
palavra difícil
torna mais fácil
encontrar a verdade
nosso passado é o pai do futuro
quem foi rei nunca perde a majestade
por isso vem, brasileiro
entrar na real, pro nosso Brasil
sair dessa, afinal
a luz de uma ideia
mudar o país
justiça e paz dentro da lei
VOTE NO REI!"¹

O excerto exemplifica justamente uma descontinuidade do tempo. Trata-se da letra de uma música composta (autor desconhecido) para o plebiscito que ocorreu no Brasil em 21 de abril de 1993. Neste plebiscito, os brasileiros decidiriam duas questões importantes para o país: se a forma de governo seria a republicana ou a monárquica, e se o sistema de governo seria o presidencialista ou o parlamentarista.² Optar entre regime presidencialista ou parlamentarista não era novidade para os brasileiros em 1993. Muitos deles já haviam feito a mesma escolha em um plebiscito realizado em 1963, que decidiu pela manutenção de João Goulart na presidência da República. Entretanto, decidir a respeito da forma de governo era algo extremamente novo para sociedade. Olhares contemporâneos presentistas poderiam pensar que a indagação à sociedade feita acerca do regime monárquico de governo no plebiscito de 1993 - isto é, mais de 100 anos após a proclamação da República - aliada a toda a desconstrução política e histórica que os republicanos fizeram à forma monárquica de governo, poderia parecer algo sem fundamento lógico. Afinal, a sociedade

¹ Para ver propaganda monarquista do Plebiscito de 1993, acessar:
https://www.youtube.com/watch?v=p3UE11O_TZ4

brasileira contemporânea já havia sido devidamente instruída a abominar a monarquia. Desta maneira, a monarquia seria vista como um regime anacrônico, de outro tempo histórico, de um passado distante, que teria caído no esquecimento dos brasileiros.

Eis que o resultado do plebiscito revela um resultado um tanto surpreendente. Apesar da derrota³, a forma monarquista de governo alcançou números significativos, se levarmos em consideração que se trata de uma forma de governo que a população brasileira, em sua grande maioria, conhecia apenas através dos livros escolares de história. Segundo dados do arquivo da Justiça Eleitoral Brasileira, 6.790,751 (ou 10,25%)⁴ de brasileiros optaram pela Monarquia como forma de governo. O percentual mais elevado de votos à monarquia como forma de governo deu-se no estado do Rio de Janeiro, com 13,06%.

Qual seria a razão que levaria estes, aproximadamente, 10% do colégio eleitoral nacional a uma fuga do presente (ou ao contrário, a uma tentativa de fazer o tempo saltar um século para o futuro) a partir da construção de um imaginário do passado? Que significações do passado ecoaram no presente? Como lidar com esta descontinuidade do tempo?

Capitaneado por membros da família Orléans e Bragança, herdeiros legítimos de D. Pedro II, o movimento monarquista está se rearticulando após o plebiscito de 1993. Erguendo a bandeira da Monarquia Parlamentar como forma e sistema de governo para o Brasil, os monarquistas do tempo presente buscam fazer conexões entre presente, passado e futuro através de uma narrativa histórica que atua em duas frentes. A primeira delas é a incessante busca pela desconstrução da imagem da forma republicana de governo, através de denúncias como “Estado corrupto”, “desordem”, e “regime que segregou o negro”. A segunda, trata-se da tentativa de (re)construir um imaginário na sociedade - desconstruído ao longo do século XX - de um movimento messiânico monarquista, sob argumentos como a “imparcialidade política e o apartidarismo do poder real”, a “experiência monárquica que dá certo em países desenvolvidos como Suécia, Inglaterra e Espanha”, e o “baixo custo de uma Corte Real em comparação com a República”. Assim, o movimento político monarquista sustenta a ideia de que o grande mal do Brasil é a forma republicana de

³ Ver a tabela e o gráfico com os números eleitorais gerais e em cada estado:
<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993>

⁴ O valor 10, 25% trata-se da média aritmética do eleitorado.

governo, e dá a solução para a resolução de todos os problemas: o retorno da família Orléans e Bragança ao poder através de uma Monarquia Parlamentar.

Uma das ferramentas de propagação dos pressupostos políticos deste "neomonarquismo" é a internet. Para fazer as buscas necessárias, atuo em 3 frentes para coletar materiais que servirão como fontes. O primeiro foi a criação de um perfil "fake" na rede social "Facebook". Através deste perfil, é possível receber as diárias publicações destes grupos. O segundo dá-se através de uma série de blogs e sites criados por estes grupos. Finalmente, visualizo através do canal de vídeo "Youtube" uma série de entrevistas das lideranças do movimento (membros da família Orléans e Bragança), buscando compreender como buscam reavivar politicamente este passado.

Através de buscas por indicações da própria rede social, até o presente momento, o fake que possuo no facebook pode visualizar cerca de 50 páginas que possuem relação com o retorno da monarquia ao Brasil.⁵ Dentre estas comunidades do Facebook, destaco algumas que possuem uma legião de "likes". A "Causa Real"⁶, por exemplo, possui hoje um número de 18.789 likes. Denominam-se como uma "organização política" e seu slogan diz: "Um povo, uma pátria, um rei". Outra delas chama-se "Movimento de Restauração da Monarquia no Brasil". A frase "Conte-me uma glória da tua República e lhe contarei mil outras do meu Império" é a frase destaque na página que conta com cerca de 8.829 seguidores. Já a "Causa Imperial", comunidade que possui 12.468 seguidores não traz nenhuma frase impactante em sua capa. No entanto, traz uma imagem que de certa maneira simboliza o imaginário do passado imperial. Trata-se de uma espécie de "Guardas Reais"(com trajes exóticos) fazendo uma marcha, portando bandeiras de cunho imperial do Brasil e de Portugal. Podemos citar também algumas outras comunidades, com menor adesão: "Estudos Católicos Monárquicos", "Círculo Monárquico Brasileiro - Voluntários da Pátria", "Movimento Monarquista Brasileiro", "Verdades Monárquicas", entre outros.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa possui sua originalidade por buscar uma viés historiográfico ainda não trabalhado, é necessário que se faça as devidas ressalvas: trata-se de uma pesquisa ainda em andamento. Sendo assim, ainda não foi possível chegar a conclusões definitivas. Em segundo lugar, é necessário lembrar que os documentos que aqui serão apresentado e que devem ser vistos enquanto fontes históricas, tratam-se de uma

⁵ O movimento monarquista também existe em Portugal. É comandado pela família Bragança e também possui uma série de comunidades no Facebook disponíveis para visualização.

⁶ https://www.facebook.com/CAUSAREAL?fref=pb&hc_location=profile_browser



seleção de materiais, diante da enormidade de produções que tais grupos fazem através do facebook diariamente. Por fim, devo dizer que o trabalho de arquivamento dos posts e vídeos ainda não foi concluído. Desta forma, enfrento o problema de, por vezes, não poder divulgar corretamente o link da fonte, pois determinadas comunidades são fechadas, onde apenas meu "fake" possui acesso. No entanto, o processo de arquivamento do material está em andamento.

Pelo fato de o material que pesquiso tratar-se, basicamente, de materiais de propaganda política do movimento, o olhar sobre tais fontes não permitem que uma série de questionamentos sejam respondidos com precisão: falo dos "limites" da fonte. Apesar dos números mencionados sobre a quantidade de "likes" nas páginas no facebook, trata-se de algo extremamente perigoso afirmar que todas as pessoas que estão seguindo as páginas do movimento participam ativamente do mesmo. Com tais materiais, podemos apenas afirmar que as pessoas que visualizam tais páginas são, no mínimo, simpatizantes. Por isso, seria necessário uma pesquisa em uma documentação mais sigilosa para dar um número mais concreto de ativistas. Da mesma forma, tais fontes não permitem que tenhamos conclusões definitivas a respeito de possíveis fragmentações dentro do próprio movimento. No entanto, através das postagens durante o período pré e pós eleições 2014, foi possível perceber que, entre aqueles que "curtem" a página, há divergências em relação aos próximos passos que o movimento deveria tomar - o que poderia ser interpretado como uma fragmentação interna. Outro ponto sem resposta definitiva é que não é possível ter absoluta certeza se todos os envolvidos reivindicam o retorno dos Orleães e Bragança, ou se defendem a coroação de alguma outra família, apesar de as fontes darem um indício muito forte de que, neste sentido, trata-se de um movimento uniforme pela volta dos Orleães e Bragança.

As formas de atuação do movimento monarquista: ensaio teórico de representação, poder simbólico e divisão social do trabalho com base na propaganda política neomonarquista; e o “passado que não passou”.

Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico*, trata especificamente de uma forma ímpar de exercer dominação. Para o autor, o poder simbólico seria uma espécie de poder “invisível” e que só possui legitimidade diante da “cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos”. (BOURDIEU, 8, 2012)

O raciocínio de Bourdieu baseia-se na busca por compreender o funcionamento de uma lógica de poder fundamentalmente associada às tradições sociais. Trata-se do estabelecimento de uma “ordem *gnosológica* (que dá o sentido imediato do mundo), ligada a uma busca por uma visão homogênea do tempo, do espaço, do número, das causas”, denominado por Durkheim como *conformismo lógico* (BOURDIEU, 9, 2012).

Característica marcante deste poder simbólico é também seu caráter essencialmente “estruturante”. Para o autor, “os sistemas simbólicos só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 9, 2012). Desta maneira, o autor associa as produções simbólicas com as classes dominantes. A maneira como as classes dominantes fazem o exercício deste poder é claramente enfatizada a partir da expressão “domesticação dos dominados”, de Max Weber:

A cultural dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 10, 2012)

Ao refletir sobre os grupos monarquistas do tempo presente e a maneira como produzem seus materiais de divulgação política, devemos considerar que tais movimentos possuem uma peculiaridade que os diferencia fundamentalmente dos grupos integralistas e fascistas no que diz respeito ao modo como pretendem construir sua imagem política perante a sociedade. Refiro-me a isto, pois a classificação para o movimento (como sendo de “direita”) é vista com desconfiança por determinados setores sociais e acadêmicos, por considerarem tal definição como um grande exagero. A grande cartada política do movimento monarquista é estar ao lado de absolutamente tudo o que há de mais tradicional na sociedade, (religião católica apostólica, o conceito de família nos seus moldes mais conservadores, nacionalismo, empreendedorismo, livre iniciativa do homem, etc),

buscando desvincular completamente o movimento de qualquer percepção que a sociedade possa ter que os ligue a autoritarismos. Trata-se de uma forma específica (uma estratégia política) de buscar legitimidade para o exercício de um “poder simbólico”, com vieses autoritários.

Outra reflexão fundamental a ser feita ao realizar as análises dos dados sobre os movimentos neomonarquistas diz respeito às *representações* e à *divisão do trabalho político*.

No capítulo VII de *O Poder Simbólico*, Bourdieu trata das “representações políticas”. Mais precisamente, das mais variadas estratégias que os representantes utilizam para construir e exercer um poder simbólico sobre determinado meio. Para o autor, “qualquer análise de uma luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político”, sob o risco de “naturalizarmos os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre ‘agentes politicamente ativos’ e ‘agentes politicamente passivos’” (BOURDIEU, 163, 2012). Tais agentes contribuem para a construção da visão de um determinado mundo por meio de um trabalho de representação e de transformação das identidades sociais.

Busco fazer um debate do conceito de representações neste momento, pois me parece fundamental ao tratar da proposta neomonarquista. Ao contrário de representações de grupos fascistas e integralistas em que deve haver um “líder carismático” (Hitler, Plínio Salgado), o movimento monarquista trabalha para vender ao público uma imagem ambígua da força destas representações. Como se trata de um movimento messiânico, o raciocínio lógico seria apontar como uma das características uma forte representação política, centralizada na figura do Chefe da Casa Imperial. No entanto, a propaganda realizada pelo grupo segue uma estratégia distinta: transferir para os agentes politicamente ativos determinadas pautas, “enfraquecendo” assim a figura do rei, e para outros momentos específicos, “(re)fortalecer” o poder real.

Mencionarei alguns exemplos em que é possível perceber momentos em que os monarquistas buscam eximir-se de visões que o julguem como “representantes de determinado segmento social”. O primeiro deles baseia-se na estratégia de transferir as representações para as “famílias”, que são vistas enquanto “células-mães”.⁷ Em segundo lugar, percebe-se uma tentativa de construir um imaginário da Monarquia enquanto uma

⁷ Ver página 12 onde esta questão está devidamente explicada.

“representação total”. Ou seja, o rei representando toda a coletividade. Esta visão por si só acarreta em um problema para a categoria “*representação*”, que pressupõe que, para haver representatividades no cenário político, deve haver pensamentos opostos entre as autoridades políticas, de modo com que os cidadãos teriam a possibilidade de perceber com qual pensamento estariam de acordo. Desta maneira, considero que a partir do momento em que se aplica esta noção de “representatividade para o todo” ocorre um esgotamento do conceito, reduzindo-o a estaca zero. Para os monarquistas, o rei atuaria como um “juiz”, de forma “justa”, “imparcial”, sem tomar lado no que diz respeito a posicionamentos ideológicos, de modo com que as ações da liderança não representariam nenhum segmento social ou político.

Corroborando com isso, percebe-se que ao mesmo tempo existe, dentro do movimento, uma perspectiva de transmitir para o público-alvo uma ideia de que o rei teria um posicionamento “apolítico” e “apartidário”. Após as eleições de 2014, iniciou-se um debate no facebook a respeito dos passos seguintes que o movimento deveria tomar. Um dos ativistas (da qual não é possível identificar seu grau de participação com o movimento ou sua posição na hierarquia interna) em determinado momento fez uma crítica à família real em relação a sua postura um tanto “apagada” na grande mídia. Segundo este integrante do movimento, as pessoas precisariam “ver para crer” e se “familiarizar” com a figura do chefe da Casa Imperial. Prontamente, recebeu uma resposta de um segundo monarquista (este passou a impressão de fazer parte de um grupo de intelectualizados e de estar a um nível elevado na hierarquia interna), que em uma pequena e singela frase definiu o modo como o movimento pensa a questão da representatividade, dos partidos e do envolvimento do rei com a política. Para os monarquistas, discutir política na televisão “é coisa de político” (vistos enquanto profissionais da política), pois o rei estaria um nível acima das disputas partidárias, chamando este posicionamento da figura real na esfera partidária como “suprapartidário”, ou seja, acima de qualquer posicionamento ou interesse ideológico-partidário. Portanto, fora das disputas partidárias.

Em uma entrevista concedida a uma rede televisiva e reproduzida pelo canal Youtube, o príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança traça uma linha de pensamento dos monarquistas.⁸ Definindo reforma agrária como o “maior fracasso do Brasil”, Bertrand cita que os hectares de terra que foram distribuídos aos brasileiros transformaram-se em

⁸ O vídeo pode ser visualizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=GfJBbTyJb3s>

"favelas rurais". Assim, inicia um discurso onde o vice-chefe da Casa Imperial enumera os três fatores fundamentais para a liquidação de uma "insanidade sócio-econômica de uma nação". Estão entre elas, a "livre iniciativa" no plano econômico. Aqui, o príncipe menciona que "o homem, por ser livre, inteligente e uma criatura de Deus não precisa ter um Estado o tutelando", e cita que a importância da livre iniciativa, fazendo uma comparação com os países comunistas, onde "as capacidades criativas do povo são inibidas".

Um segundo pensamento do movimento teria relação com a propriedade privada: Bertrand cita o que seria a definição mais "cristalina" do termo, dada pelo Papa Leão XII. Para o papa, propriedade privada seria igual a "trabalho acumulado". Para o príncipe, aquele que não possui posses através do fruto do seu trabalho é um "escravo do Estado". Por fim, o príncipe cita o "princípio da Subsidiariedade". Nesta definição, menciona a família como a "célula-mátrea" da sociedade. Assim, os municípios apenas deveriam agir apenas quando as "células-mátreas" daquele município não entrassem em consentimento. Já os estados, apenas deveriam agir quando a soma das células-mátreas e dos municípios não chegassem a um acordo. E a União só deveria agir quando o conjunto de células-mátreas, municípios e estados não estivessem em harmonia. Para o príncipe, o governo da União deve ser "pequeno, leve, ágil e capaz de indicar as grandes soluções para a nação".

Com base em todas as reflexões realizadas na primeira parte do artigo, buscarei neste momento, apontar alguns momentos em que o movimento busca legitimidade política fazendo uma ligação entre os tempos. A vinculação feita entre o presente e o passado aparece maciçamente nas fontes. Recorrer e "manipular" a história à sua própria vontade através de usos políticos de um passado com base em visões de mundo absolutamente tradicionais da cultura política europeia fazem parte da linha de pensamento e atuação na esfera política. Frases como "Conte-me uma glória da tua República e lhe contarei outras mil do meu Império" são títulos de posts em que são feitas comparações entre Monarquia e República.

A capacidade de criar mecanismos democráticos na sociedade trata-se de um dos pontos mencionados pelo movimento. Fazendo uma interlocução entre passado e presente, a Monarquia inglesa do século XVII é vista como um exemplo "a todas as outras formas

democráticas de governo surgidas posteriormente”⁹, além da enumeração de países republicanos e presidencialistas que manteriam “ditaduras” ou “regimes totalitários”.

No blog monarquista "Monarquia Já"¹⁰ são feitas algumas menções que exaltam os “pioneirismos monárquicos” relacionados a questões sociais. Acompanhando o blog, podemos perceber que as notícias novas que são postadas fazem com que as notícias mais velhas exijam uma procura maior através da ferramenta. Contudo, é perceptível que nos cantos da tela há algumas imagens que estão sempre visíveis (isto é, em destaque), como se fossem capas de um jornal. Em uma destas menções "permanentes", há uma imagem com uma frase bastante chamativa. Trata-se de fotos da Imperatriz Dona Leopoldina e da Princesa Isabel, seguida do dizer: "As duas primeiras mulheres a governar o Brasil Independente - duas líderes da História Nacional". Nota-se assim, uma estratégia política na tentativa de fazer com que mulheres passem a aderir ao movimento. Uma tentativa de rebater a visão que considera a presidenta Dilma Rouseff como “a primeira mulher a governar o Brasil”. Em suma, o que há por de trás destes imagens trata-se de uma luta política simbólica, proposta pelos monarquistas, entre eles próprios versus republicanos na tentativa de angariar o rótulo de “primeira forma de governo que possibilitou que uma mulher ascendesse ao maior cargo político do Brasil”.

Espaço de manifestações de ódio após o final do segundo turno que reelegeu a presidenta Dilma Rouseff em 2014, o ambiente virtual facebook transformou-se em ambiente de articulações de movimentos golpistas ou anti-governo. Ao longo da corrida presidencial, se analisarmos alguns dos comentários pós-eleições publicados em uma das páginas do movimento monarquista podemos extrair algumas das concepções que os monarquistas fizeram em seu âmbito interno. Em uma das páginas na rede social, um dos membros mais exaltados, chamado Carlos¹¹ sugere adesão a um movimento armado para tomar o poder. É respondido por outro membro chamado Flávio¹², que aparenta ser superior na hierarquia interna, dizendo que a proposta do movimento "tem noção histórica de tempo" suficiente para entender que “não será esta geração que irá atingir o objetivo de instaurar a monarquia”. Mas que, no entanto, chegaria o dia em que “presente, passado e futuro irão tocar-se”:

⁹ <http://imperiobrasileiro-rs.blogspot.com.br/p/propomos-reflexao-sobre-os-regimes-de.html>

¹⁰ O link do blog é: <http://imperiobrasileiro-rs.blogspot.com.br/>

¹¹ Nome fictício.

¹² Nome fictício.

A vitória da monarquia é um processo, vai levar tempo. É natural que as pessoas queiram mudanças para ontem, mas elas só virão depois de amanhã. Se olharmos o próprio golpe da república vamos perceber isso. Benjamin Constant era professor, ou seja, os republicanos foram fazer a cabeça dos jovens da época. E ele, espertamente, foi fazer isso onde o resultado seria exponencial, entre os jovens militares. Os partidos de esquerda que estão no poder copiaram essa estratégia. Começaram nos anos 60, se envolvendo na política estudantil e nos anos 80 intensificaram sua propaganda ideológica entre os jovens. Mais ou menos 20 anos depois alcançaram seu intento. Não devemos usar de golpes baixos como eles fizeram, mas devemos igualmente "semear" a monarquia entre os jovens, sabendo que serão eles, não nós, que vão fazer a colheita. Devemos seguir justamente o exemplo do monarca, que não pensa em uma eleição, pensa na próxima geração.¹³

A recuperação do passado, trazendo o exemplo do movimento republicano, que iniciou um processo de difusão de seus princípios no século XIX, tendo que aguardar cerca de um século para chegar ao poder, demonstra que os monarquistas possuem como elemento norteador do movimento uma base intelectualizada. Reforça este argumento ainda o fato de que as publicações nas páginas do facebook trazem, em determinados momentos, críticas ao que denominam como a "historiografia tradicional", referindo-se aos textos acadêmicos que tratam da política no século XIX. Ao evocar as estratégias de chegada ao poder de republicanos e comunistas como exemplo bem sucedido, o texto publicado por Flávio está, ao mesmo tempo, afirmando que a história não está morta, e que o movimento deve recorrer a uma perspectiva "cíclica" da história, seguindo os passos dados por aqueles que em determinado momento os alijaram do poder.

A necessidade de se fazer um mapeamento mais aprofundado acerca de quem são os intelectuais pertencentes a estes movimentos impossibilita fazer uma conclusão mais precisa a respeito do grau de reflexão temporal que os integrantes do movimento possuem. Portanto, faço algumas considerações finais para reflexão: No movimento monarquista do tempo presente, concepções como história "linear, homogênea e progressiva" são mal vistas pelas aparentes lideranças do movimento na internet, restando a dúvida se se trata de algo consciente ou inconsciente. Os textos publicados, em geral, possuem um baixo grau de complexidade, a fim de que leitores menos intelectualizados possam inteirar-se da proposta. Nota-se assim, em suas manifestações uma tentativa de fazer com que o passado

¹³ <https://www.facebook.com/Brasil.Monarquia?fref=nf>



tenha reflexos constantes no presente, uma espécie de recuperação do conceito de "*História Magistra Vitae*", e uma rejeição ao "presentismo" à conjuntura política brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6 ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras Escolhidas*. Vol 1: magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 160p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 31-49.

HARTOG, François. *Historia, memoria y crisis del tiempo. Que papel juega el historiador?* In: *Historia y Grafia*, n 33, 2009. p. 115-131.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]*.

KOSELLECK, Reinhart (2006). "espaço de experiência e horizonte de expectativas". In: *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 311-337 [original: 1979].

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MUDROVCIC, Maria Ines. El debate en torno a la representación de acontecimientos límite del pasado reciente: alcances del testimonio como fuente. In: *Dianoia*, vol. LII, n. 59. Noviembre, 2007. p. 127-150.